



## Introdução

Paula Duarte Lopes

---



### Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/eces/8427>

DOI: 10.4000/120rh

ISSN: 1647-0737

### Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

### Refêrencia eletrónica

Paula Duarte Lopes, «Introdução», *e-cadernos CES* [Online], 40 | 2023, posto online no dia 15 julho 2024, consultado o 20 julho 2024. URL: <http://journals.openedition.org/eces/8427> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/120rh>

---



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

# Introdução

O número temático “Poder na paz e na guerra: violências velhas, desafios novos, ou violências novas, desafios velhos?” tem a particularidade de, por um lado, reunir um conjunto de artigos elaborados por jovens investigadores e investigadoras doutorais, constituindo um primeiro desafio profissional para a maior parte; e, por outro lado, mapear um conjunto de temas cruciais nas agendas políticas nacionais e internacionais atuais. A organização do volume surgiu da dinâmica de organização de painéis e de apresentação de comunicações no âmbito do XI Congresso da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP) que decorreu entre 30 de março e 1 de abril de 2023, na Universidade da Beira Interior, na Covilhã. Esta dinâmica resultou de uma colaboração entre diferentes professores/as universitários/as, estimulando jovens investigadores e investigadoras doutorais e de mestrado a participarem em painéis dirigidos especialmente a este público. Assim, os artigos aqui publicados resultam de uma chamada dirigida a jovens investigadores e investigadoras doutorais que participaram no XI Congresso da APCP tendo sido posteriormente alargada a outros/as doutorandos/as interessados/as nesta oportunidade de *hands-on training*, com a possibilidade de concretizarem uma publicação científica com revisão pelos pares (em sistema de *double-blind peer review*), numa revista internacionalmente indexada.

Os artigos parecem abordar violências velhas: utilização de bens naturais em contextos de violência (texto de Gama), dinâmicas de autodeterminação (texto de Assis Crivelente), discussões (pós-)coloniais (texto de Gonçalves), religião e política (texto de Constantino), extremismos (texto de Di Franco), e o conceito de paz (texto de Gouveia Junior). Todas estas temáticas têm um histórico e um longo registo de investigação e estudos, principalmente no período pós-Segunda Guerra Mundial. Mas, ainda assim, estas violências comportam desafios novos, uma vez que o contexto internacional se alterou desde então. Neste primeiro quarto do século XXI, pode-se argumentar que os esforços de cooperação internacional vão no sentido de responder aos desafios que o sistema internacional criado no pós-Segunda Guerra Mundial tem vindo a sofrer, especialmente desde 2001. Os artigos que integram este número abordam três tipos de desafios: concetuais, ao direito internacional e ao modelo democrático – sendo que, se nalguns casos se pode considerar que o desafio é negativo, pois questiona direitos

adquiridos, noutros casos, o desafio pode ser positivo, uma vez que visibiliza novas possibilidades de governação pacífica.

Assim, o artigo de Luis Gouveia Junior desafia o/a leitor/a a repensar o conceito de paz. Atualmente, a maior parte das políticas públicas internacionais são apresentadas no sentido da promoção, construção e/ou consolidação da paz, mas Gouveia Junior questiona se as definições que têm caracterizado os Estudos para a Paz e as Relações Internacionais conseguem apreender de forma satisfatória o que se entende por paz. O autor propõe, por isso, que se entenda “a paz como um estado de tranquilidade sobre o futuro”, conferindo importância às percepções e às emoções sobre o que é a paz. Este artigo contribui para o debate sobre o conceito de paz, desafiando o objeto de estudo mais convencional de ausência de violência física, estrutural e cultural, e desviando a atenção do indivíduo físico e das estruturas para as percepções e emoções do indivíduo e sobre as estruturas.

Os artigos de Margarida Gama e Moara Assis Crivelente visibilizam desafios ao direito internacional, supostamente consolidado, e que continua a ser violado sem uma resposta assertiva do sistema criado no pós-Segunda Guerra Mundial para garantir o cumprimento das leis internacionais. Se, por um lado, utilizar a água como arma num conflito violento é uma prática histórica, por outro, essa prática foi proibida, pelo que a sua violação sem consequências requer uma análise das razões desse silêncio (ver Gama). Do mesmo modo, o direito à autodeterminação dos povos encontra-se claramente consagrado e, no entanto, a sua recusa histórica no caso do povo saharai permanece uma anomalia ensurdecadora (ver Assis Crivelente, 2023). Estes constituem desafios novos, uma vez que apesar de o quadro normativo e legal internacional já os ter resolvido, na prática, ressurgiram ou mantêm-se inalterados.

Os desafios ao modelo democrático, ou à prática democrática – leia-se à participação cidadã nas decisões políticas –, são analisados pelos artigos de Pedro Constantino, Anna L. Di Franco e Mário Gonçalves. Pedro Constantino revisita a relação entre a Igreja e o Estado na Rússia, demonstrando como a mobilização da identidade religiosa enquanto identidade nacional tem impactos na arena política. Anna L. Di Franco analisa como a extrema-direita tem mobilizado os meios de comunicação social no Brasil e impactado o acesso à informação por parte da população. Mário Gonçalves mostra como a intervenção da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental na Costa do Marfim refletiu dinâmicas pós-coloniais enraizadas, fragilizando a paz promovida. Os desafios abordados nestes artigos contribuem para debates sobre a relação do Estado com a Igreja, seja na Rússia ou nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra geografia; sobre o extremismo e o papel da comunicação social na propagação de informação fidedigna para apoiar o debate e o exercício democrático; e

sobre as heranças pós-coloniais quer nas dinâmicas democráticas de diferentes Estados, quer nas dinâmicas das próprias organizações intergovernamentais.

Claro que estas mesmas temáticas também se podem pensar enquanto violências novas, pois têm contornos diferentes das violências velhas. A discussão do conceito de paz segue uma linha iniciada na década de 1990 de ampliação e aprofundamento dos conceitos de desenvolvimento, segurança e paz. Esta linha, por um lado, deixa de se centrar na paz de um país e passa a ter o indivíduo ou as comunidades como objeto de referência; e, por outro lado, a paz física deixa de ser o único fator de análise e passa-se a incluir a paz estrutural e a paz cultural. Gouveia Junior vai mais longe ao propor uma definição de paz que se baseia nas perceções e emoções do indivíduo sobre o futuro e que reflete violências no seu entendimento mais psicológico. As violências discutidas por Gama e Assis Crivelente também são novas. Transformar a água numa arma, atualmente, é um crime e, portanto, essa dinâmica que antigamente era colocada no sentido da norma e do dever, hoje tem força de lei, mas, ainda assim, os impactos da violação do direito internacional tardam. Talvez para muitos e muitas seja difícil pensar a questão da autodeterminação do povo sahuri como uma violência nova, mas a verdade é que é uma violência diferente da que existiu em tantas outras geografias que também lutaram pela autodeterminação. É diferente porque quase 175 mil sahuris se encontram em campos de refugiados que existem há quase 50 anos. Esta é uma violência nova, sem precedentes. Em que o sistema internacional parece ter cristalizado uma situação ilegal e estruturalmente violenta.

Por fim, também se podem analisar os restantes artigos enquanto violências novas. A discussão da separação entre Estado e Igreja tem novos contornos, pois há intencionalidade em recuperar uma situação histórica politicamente superada no passado (ver Constantino). No que diz respeito à extrema-direita, a mobilização dos meios de comunicação social e a sua manipulação com *fake news* constitui uma violência nova (ver Di Franco). A instrumentalização de organizações intergovernamentais e de grupos dentro de países ex-colonizados por países ex-colonizadores questiona o processo de descolonização, possibilitando também a instrumentalização das relações com as ex-metrópoles pelas elites nos países ex-colonizados para ganhos políticos (ver Gonçalves). Esta análise confere capacidade de decisão e de ação aos países ex-colónias, o que constitui um ângulo pouco explorado que se evidencia como uma violência nova a ser considerada.

Este número é, como não podia deixar de ser, sobre poder em tempos de guerra e de paz, uma constante da Ciência Política e das Relações Internacionais. Reunindo artigos de jovens investigadores e investigadoras doutorais e de mestrado, estimula-se a atualização de conhecimentos com a colocação de novas questões fundamentais que

permitem uma compreensão mais abrangente das temáticas estudadas. A disseminação destes trabalhos de investigação reflete as preocupações científicas e temáticas desta nova geração, proporcionando uma oportunidade de reflexão aprofundada sobre a evolução da governação mundial, sobre os desafios em tempos de paz e de conflitos violentos, e sobre as questões fundamentais que têm e terão impacto no futuro da coexistência humana.

Este número temático conta ainda com dois contributos na secção @cetera: uma entrevista à atual Presidente da APCP sobre o papel de jovens investigadores/as doutorais no quadro de atividades da Associação, bem como um texto resultante de uma reflexão desenvolvida no âmbito de um projeto Erasmus+ sobre a qualidade no ensino superior, focado na formação doutoral. Estes contributos permitem contextualizar o trabalho de investigação desenvolvido pelos/as autores/as, jovens investigadores/as doutorais, no âmbito de dinâmicas nacionais profissionalizantes e de processos de reflexão sobre a sua formação. Esta última secção tem como objetivo contribuir para o debate sobre a qualidade da formação doutoral oferecida no país, e a nível europeu, bem como sobre o papel dos/as jovens investigadores/as doutorais na comunidade científica nacional.

Revisto por Ana Sofia Veloso

### **PAULA DUARTE LOPES**

Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra | Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra  
Avenida Dr. Dias da Silva, 165, 3004-512 Coimbra, Portugal  
Contacto: [pdl@fe.uc.pt](mailto:pdl@fe.uc.pt)  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1723-077X>